

Voto distrital não terá consenso por causa dos pequenos partidos

BRASÍLIA — A adoção ou não do voto distrital, entre as disposições previstas para o sistema eleitoral, pode ser um dos temas a chegar sem consenso ao plenário da Constituinte. O problema neste caso é a divergência entre os partidos, porque o sistema distrital inibe o crescimento das pequenas agremiações e favorece, por consequência, os partidos bem estruturados.

Como as composições para votação em plenário estão sendo feitas com base no surgimento de blocos suprapartidários, dificilmente será possível chegar-se a um entendimento sobre a questão, porque os dois principais grupos, "progressistas" e "moderados", são integrados por representantes dos pequenos e grandes partidos.

A fórmula idealizada pelo Relator

da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não desagrada, de todo, ao grupo "moderado". Cabral propôs o sistema distrital misto, pelo qual os candidatos podem submeter-se ao pleito pelo voto majoritário ou proporcional. Mas os pequenos partidos que integram o grupo "progressistas" ainda não se definiram sobre a proposta. O Vice-Líder do PT, José Genoíno (SP), por exemplo, disse que esta fórmula é no mínimo, exdrúxula.

Na primeira reunião do grupo "moderado", em seguida à divulgação do anteprojeto de Cabral, a tendência era a apresentação de uma emenda propondo que a decisão sobre o voto distrital misto fosse remetida à legislação ordinária. Segundo o Deputado Afif Domingos (PL-SP), a regulamentação desta matéria é pró-

pria da legislação eleitoral.

Contra o voto distrital puro, o argumento dos pequenos partidos é incontestável. Genoíno cita, como exemplo, o que pode ocorrer com o PT em uma eleição por este sistema. O Deputado Luís Inácio Lula da Silva, com seus 500 mil votos, não teria condição de aumentar a banca federal do partido, porque seus eleitores estariam restritos a seu distrito. E o Deputado Wladimir Palmeira ilustra com um exemplo retirado da experiência inglesa. Lá, nas eleições distritais, os pequenos partidos ficam prejudicados. O Partido Liberal, apesar de ter 22% dos votos, não tem representatividade na Câmara dos Comuns, porque seus candidatos perdem para os concorrentes dos partidos Trabalhista e Conservador em cada um dos distritos.



Afif: É questão para lei ordinária

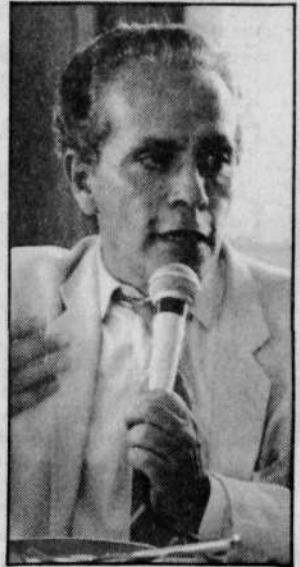
Debate sobre educação gira em torno da destinação de verbas

BRASÍLIA — Na área de educação, o debate mais intenso e as principais articulações na Constituinte têm ocorrido em torno de um único tema: a destinação das verbas públicas. Enquanto o grupo "progressista", liderado pelo Deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), defende a destinação de verbas públicas apenas para as escolas oficiais, o grupo "moderado", liderado pelo Senador João Calmon (PMDB-ES) e pelo Deputado Alvaro Valle (PL-RJ), defende a abertura para as escolas da rede privada, principalmente para as sem fins lucrativos.

O choque destes grupos foi mais intenso na Subcomissão de Educação, quando havia também a pressão direta dos lobbies, tanto das escolas particulares quanto das lideranças estudantis. Os "progressistas" venceram a disputa na Subcomissão, mesmo contra a vontade do Relator João Calmon, mas ficaram em minoria na Comissão Temática. O substitutivo de Artur da Távola (PMDB-RJ) foi derrubado com facilidade pelos "moderados", que só não aprovaram outro relatório por falta de tempo.

Sem projeto, o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, optou por uma fórmula mista, na qual está prevista a destinação de verbas públicas para as escolas oficiais, com exceção das escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que provem finalidade não lucrativa. Esta fórmula atende aos interesses do Senador João Calmon, que sempre teve como preocupação básica as escolas confessionais, como as universidades católicas. Mas desagrada às escolas particulares, classificadas como empresas, que visam ao lucro, mas querem a ajuda do Estado.

Mas há um ponto que une os dois grupos: a fixa-



Valle quer mais abertura

ção de um percentual de verbas para a educação. Inicialmente, Calmon defendia 18% da arrecadação de impostos, enquanto Zanetti queria 13% do orçamento da União, que representa uma quantia maior. Mas houve acordo em torno da proposta de Calmon. No substitutivo de Cabral, este percentual ficou especificado nas disposições transitórias, com prazo determinado, até que o plano plurianual estabeleça as aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte, os dois grupos vão lutar para que o percentual fique estipulado no corpo da Constituição. Com relação à destinação das verbas públicas, deverá ser aprovada a proposta de consenso, mas as correntes de esquerda (PT, PCB, PCdoB, PDT e "Movimento da Unidade Progressista" do PMDB) continuarão lutando pela exclusividade de verbas para as escolas públicas. Os defensores das escolas privadas também tentarão maior abertura nesta liberação de verbas públicas.